

SORRI BAURU
CNPJ: 47.641.907/0001-01



SORRI - BAURU

CNPJ: 47.641.907/0001-01

**Demonstrações contábeis acompanhadas do Relatório dos
Auditores Independentes**

31 de dezembro de 2022 e 2021



SORRI BAURU
CNPJ: 47.641.907/0001-01

SORRI BAURU

CNPJ 47.641.907/0001-01

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	2022	2021	PASSIVO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa - Sem Restrição	4	881.036	597.731	Fornecedores		417.622	380.153
Caixa e Equivalentes de Caixa - Com Restrição	4	8.236.270	6.782.101	Obrigações Trabalhistas	8	2.607.116	1.358.846
Faturas a Receber	5	34.255	47.839	Obrigações Fiscais e Sociais	9	992.837	635.257
Convênios a Receber		51.211	257.564	Convênios a Realizar	10	6.611.854	7.039.664
Adiantamentos		65.376	-	Empréstimos e Financiamentos CP		116.667	113.876
Estoque	6	976.038	925.049	Adiantamento de Clientes		2.418	-
Despesas Antecipadas		5.148	3.250			10.748.513	9.527.796
		10.249.334	8.613.534				
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	7	4.108.266	3.844.941	Contingências	11	-	-
Imobilizado sem restrição	7.1	5.734.111	5.717.505	Empréstimos e Financiamentos LP		-	102.791
(-) Depreciação Acumulada sem restrição	7.1	(3.083.135)	(2.911.778)	Receitas Diferidas	12	1.425.087	1.039.213
Imobilizado com restrição	7.2	1.585.868	1.093.702			1.425.087	1.142.004
(-) Depreciação Acumulada com restrição	7.2	(128.578)	(54.489)				
Intangível Líquido				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Intangível		7	7	Patrimônio Social	13	1.301.020	1.842.283
(-) Amortização Acumulada		819	819	Déficit do Exercício	13	882.987	(53.602)
		(812)	(812)		13	2.184.007	1.788.681
		4.108.273	3.844.947				
TOTAL DO ATIVO		14.357.607	12.458.481	TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.357.607	12.458.481

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Bauru, 31 de dezembro de 2022.

SORRI BAURU
 CNPJ 47.641.907/0001-01
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 (valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
RECEITA	14	31.465.238	23.531.431
Contratualização SUS		4.504.877	4.516.448
Receitas com Convênios e Particulares	15	2.623.772	1.508.708
Receitas com Produtos e Serviços	15	1.408.667	1.091.438
Recurso de Convênio - PSF		16.531.414	10.636.604
Recurso de Convênio - Educação		3.347.461	2.941.508
Recurso de Convênio - SEID		1.355.797	1.301.375
Recurso de Convênio - Pronas Bebe		125.147	366.109
Recurso de Convênio - Específicos		294.920	132.596
Recurso de Convênio - Inclusão Produtiva		-	297.940
Recurso de Convênio - Pronas Artes e Esporte		285.969	-
Recurso de Convênio - Equoterapia		114.364	61.115
Recurso de Convênio Rodrigo Agostinho		147.818	-
Recurso de Convênio - Siconv		46.091	9.276
Recurso de Convênio Carlos Sampaio		42.769	-
Recurso de Convênio - PROD 3		-	31.471
Recurso de Convênio Baleia Rossi		23.108	-
Receitas com Doações e Contribuições		555.794	487.545
Receitas com Promoções e Eventos		57.272	149.298
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		31.465.238	23.531.431
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	16	(37.689.803)	(27.469.936)
Custos dos Produtos e Serviços Próprios		(15.374.945)	(11.691.942)
Custos com Execução de Convênios - PSF		(16.531.950)	(10.636.604)
Custos com Execução de Convênios - Educação		(3.347.461)	(2.941.508)
Custos com Execução de Convênios - CER SUS		-	-
Custos com Execução de Convênios - SEID		(1.355.797)	(1.301.375)
Custos com Execução de Convênios - Pronas Bebe		(125.147)	(366.109)
Custos com Execução de Convênios - Específicos		(294.920)	(132.596)
Custos com Execução de Convênios - Inclusão Produtiva		-	(297.940)
Custos com Execução de Convênios - Pronas Artes e Esporte		(285.969)	-
Custos com Execução de Convênios - Equoterapia		(114.364)	(61.115)
Custos com Execução de Convênios Rodrigo Agostinho		(147.818)	-
Custos com Execução de Convênios - Siconv		(46.091)	(9.276)
Custos com Execução de Convênios Carlos Sampaio		(42.233)	-
Custos com Execução de Convênios - PROD 3		-	(31.471)
Custos com Execução de Convênios Baleia Rossi		(23.108)	-
RESULTADO BRUTO		(6.224.565)	(3.938.505)
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas Gerais e Administrativas		(230.400)	(99.555)
Outras receitas operacionais		302.977	268.721
Financeiras Líquidas		21.999	(3.945)
Receitas com Trabalho Voluntário	18	68.212	41.548
Isenções Previdenciárias Usufruídas	19	6.414.765	3.678.135
Receitas com Subvenções		530.000	-
		7.107.552	3.884.904
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	13	882.987	(53.602)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Bauru, 31 de dezembro de 2022.

SORRI BAURU
CNPJ 47.641.907/0001-01
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(valores expressos em reais)

	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT DÉFICIT DO EXERCÍCIO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	1.972.764	(127.100)	1.845.664
Transferência do Déficit para Patrimônio Social	(127.100)	127.100	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	(3.382)	-	(3.382)
Déficit do Exercício Corrente - 2021	-	(53.602)	(53.602)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	1.842.283	(53.602)	1.788.681
Transferência do Déficit para Patrimônio Social	(53.602)	53.602	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	(487.661)	-	(487.661)
Superávit do Exercício Corrente - 2022	-	882.987	882.987
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	1.301.020	882.987	2.184.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Bauru, 31 de dezembro de 2022.

SORRI BAURU
 CNPJ 47.641.907/0001-01
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 (valores expressos em reais)

Método Indireto	2022	2021
1 - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
(A) Resultado Líquido Ajustado		
Déficit do Exercício	882.987	(53.602)
Depreciação	248.868	203.942
Contingências	-	(40.000)
Ajuste de Exercícios Anteriores	(487.661)	(3.382)
Receitas Diferidas	385.874	371.515
(=) Resultado Ajustado	1.030.068	478.474
(B) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Circulante		
Faturas a Receber	13.585	163.686
Convênios a Receber	206.352	(257.564)
Adiantamentos	(65.376)	44.908
Estoques	(50.989)	(330.147)
Despesas Antecipadas	(1.898)	1.391
(=) Acréscimo/Decréscimo do Ativo Circulante	101.674	(377.726)
(C) Acréscimo e Decréscimo do Passivo Circulante e Não Circulante		
Fornecedores	37.469	(84)
Obrigações Trabalhistas	1.248.270	263.907
Obrigações Fiscais e Sociais	357.580	148.076
Convênios a Realizar	(427.811)	1.534.239
Adiantamento de Clientes	2.418	(61.035)
(=) Acréscimo/Decréscimo do Passivo Circulante e Não Circulante	1.217.925	1.885.102
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (A+B+C)	2.349.667	1.985.851
2 - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Aquisição do Imobilizado	(512.836)	(337.389)
Baixas do Imobilizado	644	815
Ajuste do Imobilizado	-	6.702
TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(512.193)	(329.872)
3 - DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:		
Empréstimos e Financiamentos	(100.000)	216.667
TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(100.000)	216.667
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (1+2+3)	1.737.475	1.872.645
SALDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	7.379.832	5.507.187
VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO	1.737.475	1.872.645
SALDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	9.117.306	7.379.832

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Bauru, 31 de dezembro de 2022.

(valores expressos em reais)

1. Contexto Operacional

A SORRI Bauru (“Entidade”), com sede na Avenida Nações Unidas no 53-40 – Jardim Colonial – Bauru/SP iniciou suas atividades em 1976, como entidade privada sob forma de organização social sem fins lucrativos, tendo como objetivo principal a realização de ações dirigidas à promoção da saúde, assistência, ensino, educação, esporte, cultura, pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico, atuando também em regime de parceria com pessoas, grupos, empresas privadas, órgãos governamentais, não governamentais e associações congêneres, para favorecimento do desenvolvimento pessoal, integração social e profissional, de pessoas com deficiência física, intelectual, auditiva, visual, social, com necessidades educacionais especiais e do portador de hanseníase, sem distinção de raça, cor, condição social, credo político ou religioso visando sua emancipação.

Em 31 de março de 2010, o Decreto Estadual nº 53.375/08 e Decreto Municipal 13.743/2021 qualificou a Sorri Bauru como organização social da área da saúde. Sua missão é promover os direitos humanos com ênfase nos direitos das pessoas com deficiência.

As atividades da Entidade são suportadas financeiramente por meio de convênios firmados com os governos federais, estaduais e municipais, parcerias com organizações particulares, órgão oficiais estatais, nacionais ou internacionais e vendas de produtos e prestação de serviços, campanhas e doações.

Em 06 de outubro de 1977, foi declarada como Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 2.030.

A Utilidade pública estadual foi declarada pela Lei nº 2.686 de 30 de dezembro de 1980.

A Portaria SAS/MS nº 733 de 02 julho de 2013, habilitou a Sorri Bauru como Centro Especializado em Reabilitação e Oficina Ortopédica (CER III), que faz parte da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência do Sistema Único de Saúde.

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento de tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos nº 167 a nº 174 do Regulamento de Imposto de Renda e aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

De acordo com o Inciso VI do Artigo no 150 da Constituição Federal, é vedado aos Estados a instituição de imposto sobre o patrimônio, renda ou serviços de instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente é destinado para uma organização social ou afim, sem fins econômicos e lucrativos.

2. Base de Preparação

a) Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e Resolução nº 1.409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a interpretação ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros, que trata de orientações específicas para entidades sem finalidade de lucros.

b) Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações contábeis apresentadas em Real.

d) Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa no 3.a – Instrumentos Financeiros;
- Nota Explicativa no 3.d – Vida útil dos bens do ativo imobilizado;
- Nota Explicativa no 12 – Provisão para contingências;

3. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade estorna um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Recursos vinculados a projetos

Representam os saldos de bancos, conta movimento e aplicações contábeis que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações de projetos a realizar.

Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Esses passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge.

Durante os exercícios de 2022 e 2021, a Entidade não operou com instrumentos financeiros derivativos (operações de hedge, swap, contratos a termo e outras).

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Entidade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos. Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo.

Riscos associados

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não-derivativos que incluem aplicações contábeis e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a receber, contas a pagar, salários, férias e encargos.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros de mercado, se aproximando, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício a Entidade não realizou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2021, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de contribuições a receber decorrentes da falha dos contribuintes em cumprir com suas obrigações. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre suas aplicações contábeis. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas com projetos

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados nos Projetos são registrados da seguinte forma, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC07 (R1):

- Recebimento dos recursos: quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projetos a executar no passivo circulante;
- Consumo como despesa: quando ocorrem os gastos, são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes, ou seja, sem impacto no resultado do exercício;
- Aquisição de bens: quando ocorre a aquisição de bens são reconhecidos os ativos imobilizados, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante (recursos aplicados em imobilizados);
- Rendimentos de aplicações contábeis: quando ocorre o rendimento de aplicações contábeis de recursos incentivados são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projetos no passivo circulante.
- Em consequência à prática contábil adotada pela Entidade, os efeitos no resultado do exercício relacionados aos projetos são nulos, pois todas as despesas incorridas com esses projetos são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesses projetos. Dessa forma, eventuais superávits ou déficits apurados pela Entidade corresponde apenas às receitas de doações livres e despesas administrativas não cobertas pelo projeto, sendo esses valores imateriais nas operações da Entidade.

c. Estoques

Os estoques são mensurados e apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

d. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário.

Depreciação

A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

	Anos
Edificações e benfeitorias	60
Máquinas e equipamentos	20
Móveis e utensílios	10
Veículos	05
Equipamentos de informática	03

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Associação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

e. Redução ao valor recuperável – impairment

i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Entidade sobre condições de que a Entidade não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Entidade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para contas a receber de clientes e outros créditos) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável. O contas a receber e outros créditos individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Entidade utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra o contas a receber e outros créditos. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (UGC).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes o UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de realização do teste de redução ao valor recuperável.

f. Benefícios a empregados

Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando está comprovadamente comprometido, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

A Entidade não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes após sua saída. Adicionalmente, também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são

determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente, são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

h. Obrigações Fiscais e Sociais

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento de tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos no 167 a no 174 do Regulamento de Imposto de Renda e aprovado pelo Decreto no 3.000 de 26/03/99 e Artigo no 195 da Constituição Federal.

De acordo com o Inciso VI do Artigo no 150 da Constituição Federal, é vedado aos Estados a instituição de imposto sobre o patrimônio, renda ou serviços de instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos.

i. Aspectos ambientais

As instalações da Entidade são sujeitas às regulamentações ambientais. A Entidade diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais, controles e investimentos em equipamentos. A Entidade acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

j. Determinação do Valor Justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Caixa e equivalentes de caixa

São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Contas a receber e outros créditos

O seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos contratos de convênios. Maiores detalhes sobre os projetos estão detalhados na Nota 11.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

	31/12/2022	31/12/2021
Recursos Sem Restrição	881.036	597.731
Caixa	282	342
Conta Corrente - Sem Restrição	138	253
Aplicações - Sem Restrição	880.617	597.135
Recursos Com Restrição	8.236.270	6.782.101
Conta Corrente - Com Restrição	100.002	9.674
Aplicações - Com Restrição	8.136.268	6.772.427
Total de Recursos	9.117.306	7.379.832

5. Faturas a Receber

Refere-se aos valores de serviços prestados e produtos vendidos para convênios com empresas, pessoas jurídicas e pessoas físicas e serão recebidos pela Entidade conforme os respectivos vencimentos.

	31/12/2022	31/12/2021
Convênio Unimed Ba uru	-	-
Faturas Pessoa Física	1.562	3.074
Faturas Pessoa Jurídica	32.692	44.765
Total	34.255	47.839

6. Estoques

	31/12/2022	31/12/2021
Materiais de Uso e Consumo	115.234	323.505
Estesiômetro	524.536	506.587
Materiais para Reabilitação	23.905	9.786
Materiais de Ortopedia	133.472	60.832
Matéria Prima - Estesiômetro	178.892	24.338
Total	976.038	925.049

7. Imobilizado

7.1 Imobilizado Recurso Próprio

Imobilizado - Recurso Próprio	31/12/2021	Aquisições	Baixas	31/12/2022
Computadores e Periféricos	298.743	280	(1.872)	297.151
Edificações	3.378.535	-	-	3.378.535
Equipamentos de Reabilitação	239.608	18.033	(172)	257.469
Ferramentas e Acessórios	24.210	1.197	-	25.407
Instalações	5.400	-	-	5.400
Máquinas e Equipamentos	263.558	200	-	263.758
Móveis e Utensílios	891.856	541	(1.601)	890.797
Terrenos	428.695	-	-	428.695
Veículos	183.892	-	-	183.892
Outros Veículos	3.008	-	-	3.008
Total Imobilizado	5.717.505	20.251	(3.644)	5.734.112

(-) Depreciação Imobilizado - Recurso Próprio	31/12/2021	Depreciação	Baixas	31/12/2022
(-) Edificações	(1.450.132)	(49.113)	-	(1.499.245)
(-) Equipamentos de Reabilitação	(176.438)	(16.925)	172	(193.191)
(-) Ferramentas e Acessórios	(22.234)	(940)	-	(23.174)
(-) Móveis e Utensílios	(653.207)	(72.706)	1.304	(724.609)
(-) Máquinas e Equipamentos	(189.288)	(12.166)	-	(201.453)
(-) Instalações	(5.385)	-	-	(5.385)
(-) Computadores e Periféricos	(252.541)	(12.469)	1.805	(263.206)
(-) Veículos	(162.553)	(10.318)	-	(172.871)
Total Depreciação	(2.911.778)	(174.638)	3.281	(3.083.135)

Saldo Líquido - Recurso Próprio	2.805.728	(154.387)	(364)	2.650.977
--	------------------	------------------	--------------	------------------

7.2 Imobilizado Com Restrição

Imobilizado - Com Restrição	31/12/2021	Aquisições	Baixas	31/12/2022
Imobilizado em Andamento	565.975	-	-	565.975
Móveis e Utensílios AUX	63.830	-	(420)	63.410
Equipamentos de Reabilitação AUX	45.000	-	-	45.000
Computadores e Periféricos AUX	86.384	-	-	86.384
Móveis e Utensílios SICONV	22.190	960	-	23.150
Máquinas e Equipamentos SICONV	291.773	-	-	291.773
Computadores e Periféricos SICONV	18.550	-	-	18.550
Secretaria Ampliação	-	318.968	-	318.968
Comp E Perif Siconv 916724/2021	-	61.780	-	61.780
Maq E Equip Siconv 916724/2021	-	108.936	-	108.936
Aparelhos E Instrumentos	-	1.368	-	1.368
Mov E Utens 3ª Vara Criminal	-	574	-	574
Total Imobilizado	1.093.702	492.586	(420)	1.585.868

(-) Depreciação Imobilizado - Com Restrição	31/12/2021	Depreciação	Baixas	31/12/2022
(-) Móveis e Utensílios AUX	(7.659)	(6.369)	140	(13.888)
(-) Computadores e Periféricos AUX	(24.428)	(17.203)	-	(41.632)
(-) Equipamentos de Reabilitação AUX	(13.125)	(4.500)	-	(17.625)
(-) Móveis e Utensílios SICONV	(685)	(2.307)	-	(2.992)
(-) Máquinas e Equipamentos SICONV	(7.355)	(29.177)	-	(36.532)
(-) Computadores e Periféricos SICONV	(1.237)	(3.710)	-	(4.947)
(-) Maq E Equip Pronas Inclusao Artes Esportes	-	(57)	-	(57)
(-) Computadores E Perif Siconv (Rodrigo Agost	-	(5.854)	-	(5.854)
(-) Maq E Equip Siconv (Rodrigo Agostinho	-	(5.043)	-	(5.043)
(-) Mov E Utens 3ª Vara	-	(10)	-	(10)
Total Depreciação	(54.489)	(74.230)	140	(128.578)

Saldo Líquido - Com Restrição	1.039.213			1.457.290
--------------------------------------	------------------	--	--	------------------

8. Obrigações Trabalhistas

Correspondem aos valores dos salários dos funcionários a serem pagos no mês seguinte, provisão de férias.

	31/12/2022	31/12/2021
Salários a Pagar	1.317.076	939.741
Férias a Pagar	1.287.333	416.723
Benefícios	2.707	2.382
Total	2.607.116	1.358.846

9. Obrigações Fiscais e Sociais

Representa os valores referente a retenções de tributos sobre pagamentos a fornecedores e demais encargos sociais que serão recolhidos em seus vencimentos.

	31/12/2022	31/12/2021
IRRF	568.385	386.599
FGTS	243.695	123.652
INSS	172.489	111.830
ISS	43	1.166
Contribuições	8.224	12.009
Total	992.837	635.257

10. Convênios a Realizar

Apresentamos a seguir os projetos em andamento para os quais os recursos estão disponíveis, valores esses apresentados no passivo circulante da Entidade. São registradas nesse subgrupo, na rubrica denominada Convênios a Realizar, as diferenças entre os valores recebidos referentes aos convênios para custeio e investimentos e as despesas já realizadas pela Entidade.

Os valores apresentando em Convênios a aplicar representam os montantes já recebidos financeiramente e ainda não empregados nos projetos e que serão reconhecidos ao resultado de acordo com o regime de competência à medida que ocorrerem os gastos relacionados aos projetos. Ressaltamos que, conforme demonstrado na Nota Explicativa 3.b, o reconhecimento contábil da receita dos recursos vinculados a projetos ocorre inicialmente pelo reconhecimento de uma receita diferida no passivo, sendo levada ao resultado do exercício quando da incorrência e na mesma proporção das despesas com os projetos.

Convênios a Realizar	31/12/2022	31/12/2021
PRONAS PcD	4.148	3.755
SICONV Projeto Educação	16.374	14.705
SICONV Projeto Pesquisa	-	340.217
PRONAS Captação	-	824.178
SINCOV	-	3.965
Convênio - 777379/2012	2	2
Emenda Rodrigo Agostinho Siconv	3.185	-
Pronas Inclusão Artes E Esportes	527.277	-
Emenda Rorigo Agostinho (Fnas)	8.439	-
Emenda Parlamentar Carlos Sampaio	59.667	-
Emenda Parlamentar Baleia Rossi	28.089	-
Emenda Parlamentar Emidio De Souza	100.000	-
Projeto Transformação	-	86.194
Vale Transporte Estado	352	-
SEID Municipal	0	0
Projeto Educação	-	189
Programa Saúde da Família	5.754.657	5.477.820
CER SUS	-	257.632
Equoterapia	-	2
Comupi/Fumpi Aux	4.124	-
Comupi/Fumpi Sub	11.401	-
Despesas Com Convenios	4.762	-
Projeto Criança Esperança	931	29.477
3 Vara Criminal	0	-
Projeto Cuidar Mais	-	7
Projeto Quadra Tauste	-	1.518
Projeto Coca Cola	-	2
Panetone Tauste	88.445	-
Total	6.611.854	7.039.664

11. Contingências

A Entidade é parte, como polo passivo, em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

Utiliza-se essa conta para registrar valores para cobrir eventuais perdas de pendências que estão sendo discutidas judicialmente e segundo o grau de risco de perda para a entidade, foi dado o respectivo tratamento contábil, tal como exige a NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

- Perda provável = efetua-se lançamento contábil da provisão;
- Perda possível = não se provisiona, mas menciona-se em Nota Explicativa;
- Perda remota = não se provisiona e nem se menciona em Nota Explicativa.

Conforme informações do setor jurídico, em 31/12/2022, o valor estimado para liquidação dos processos judiciais classificados como Provável e Possível, estão assim detalhados:

	31/12/2022	31/12/2021
Total PROVÁVEL - Contabilizado	-	-
Trabalhista	-	-
Total POSSÍVEL - Divulgado	180.029	-
Trabalhista	71.619	-
Cível	108.410	-

12. Receitas Diferidas

Conforme determinado nas normas brasileiras de contabilidade, especificamente na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, as subvenções deverão ter o seu reconhecimento em contas de resultado, conforme ocorre à realização dos bens, que no caso de imobilizado se dá pela depreciação ou alienação do bem. Desta forma, a Entidade reconhecerá mensalmente como receita de subvenções em conta de resultado, o mesmo valor que contabiliza como depreciação do bem imobilizado respectivo, que no exercício de 2021 foi de R\$ 35.391, restando um saldo de R\$ 1.039.213 a ser reconhecido em exercícios subsequentes.

Imobilizado - Com Restrição	31/12/2021	Aquisições	Baixas	31/12/2022
Imobilizado em Andamento	565.975	-	-	565.975
Móveis e Utensílios AUX	63.830	-	(420)	63.410
Equipamentos de Reabilitação AUX	45.000	-	-	45.000
Computadores e Periféricos AUX	86.384	-	-	86.384
Móveis e Utensílios SICONV	22.190	960	-	23.150
Máquinas e Equipamentos SICONV	291.773	-	-	291.773
Computadores e Periféricos SICONV	18.550	-	-	18.550
Secretaria Ampliação	-	318.968	-	318.968
Comp E Perif Siconv 916724/2021	-	61.780	-	61.780
Maq E Equip Siconv 916724/2021	-	108.936	-	108.936
Aparelhos E Instrumentos	-	1.368	-	1.368
Mov E Utens 3ª Vara Criminal	-	574	-	574
Total Imobilizado	1.093.702	492.586	(420)	1.585.868

(-) Depreciação Imobilizado - Com Restrição	31/12/2021	Depreciação	Baixas	31/12/2022
(-) Móveis e Utensílios AUX	(7.659)	(6.369)	140	(13.888)
(-) Computadores e Periféricos AUX	(24.428)	(17.203)	-	(41.632)
(-) Equipamentos de Reabilitação AUX	(13.125)	(4.500)	-	(17.625)
(-) Móveis e Utensílios SICONV	(685)	(2.307)	-	(2.992)
(-) Máquinas e Equipamentos SICONV	(7.355)	(29.177)	-	(36.532)
(-) Computadores e Periféricos SICONV	(1.237)	(3.710)	-	(4.947)
(-) Maq E Equip Pronas Inclusao Artes Esportes	-	(57)	-	(57)
(-) Computadores E Perif Siconv (Rodrigo Agost	-	(5.854)	-	(5.854)
(-) Maq E Equip Siconv (Rodrigo Agostinho	-	(5.043)	-	(5.043)
(-) Mov E Utens 3ª Vara	-	(10)	-	(10)
Total Depreciação	(54.489)	(74.230)	140	(128.578)

Saldo Líquido - Com Restrição	1.039.213			1.457.290
--------------------------------------	------------------	--	--	------------------

13. Patrimônio Líquido e Déficit do Exercício

O Patrimônio Líquido da SORRI Bauru foi formado pelas doações recebidas acrescidos os déficits e superávits acumulados que são integralizados anualmente após o encerramento do exercício e aprovação pelo Conselho Fiscal da Entidade. O Superávit do exercício de 2022 no valor de R\$ 882.987, será integralizado após sua aprovação, com isso a Entidade conta com um Patrimônio Líquido estimado em R\$ 2.184.007.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o Patrimônio Líquido remanescente é destinado para uma Organização Social ou afim, sem fins econômicos e lucrativos.

A Entidade não distribui aos seus associados, conselheiros, diretores ou doadores quaisquer eventuais excedentes operacionais anuais, brutos ou líquidos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferido mediante o exercício de suas atividades, aplicando tais valores integralmente na consecução do seu objetivo social.

14. Recursos de Convênios

	31/12/2022	31/12/2021
Contratualização SUS	4.504.877	4.516.448
Receitas com Convênios e Particulares	2.623.772	1.508.708
Receitas com Produtos e Serviços	1.408.667	1.091.438
Recurso de Convênio - PSF	16.531.414	10.636.604
Recurso de Convênio - Educação	3.347.461	2.941.508
Recurso de Convênio - SEID	1.355.797	1.301.375
Recurso de Convênio - Pronas Bebe	125.147	366.109
Recurso de Convênio - Especificos	294.920	132.596
Recurso de Convênio - Inclusão Produtiva	-	297.940
Recurso de Convênio - Pronas Artes e Esporte	285.969	-
Recurso de Convênio - Equoterapia	114.364	61.115
Recurso de Convênio Rodrigo Agostinho	147.818	-
Recurso de Convênio - Siconv	46.091	9.276
Recurso de Convênio Carlos Sampaio	42.769	-
Recurso de Convênio - PROD 3	-	31.471
Recurso de Convênio Baleia Rossi	23.108	-
Receitas com Doações e Contribuições	555.794	487.545
Receitas com Promoções e Eventos	57.272	149.298
Total	31.465.238	23.531.431

15. Receitas com Produtos e Serviços

A SORRI firmou parceria com o convênio médico Unimed para atendimentos particulares dos conveniados, isso resultou em um aumento considerável nos atendimentos da entidade, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Atendimentos Unimed	2.623.772	1.508.708
Venda de Produtos e Serviços	1.408.667	1.091.438
Total	4.032.438	2.600.145

16. Custos com Execução de Convênios

	31/12/2022	31/12/2021
Custos dos Produtos e Serviços Próprios	(15.374.945)	(11.691.942)
Custos com Execução de Convênios - PSF	(16.531.950)	(10.636.604)
Custos com Execução de Convênios - Educação	(3.347.461)	(2.941.508)
Custos com Execução de Convênios - CER SUS	-	-
Custos com Execução de Convênios - SEID	(1.355.797)	(1.301.375)
Custos com Execução de Convênios - Pronas Bebe	(125.147)	(366.109)
Custos com Execução de Convênios - Especificos	(294.920)	(132.596)
Custos com Execução de Convênios - Inclusão Produtiv	-	(297.940)
Custos com Execução de Convênios - Pronas Artes e Esp	(285.969)	-
Custos com Execução de Convênios - Equoterapia	(114.364)	(61.115)
Custos com Execução de Convênios Rodrigo Agostinho	(147.818)	-
Custos com Execução de Convênios - Siconv	(46.091)	(9.276)
Custos com Execução de Convênios Carlos Sampaio	(42.233)	-
Custos com Execução de Convênios - PROD 3	-	(31.471)
Custos com Execução de Convênios Baleia Rossi	(23.108)	-
Total	(37.689.803)	(27.469.936)

17. Gratuidade

A Sorri Bauru assina anualmente com as entidades Convênios de Cooperação que estabelecem as responsabilidades e obrigações das partes, bem como valores dos recursos financeiros para o custeio das operações necessárias à realização de sua missão estatutária.

A Entidade em atendimento ao inciso II do artigo 9º da LEI COMPLEMENTAR Nº 187, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021, apresentou em 2022 percentuais de atendimentos decorrentes de convênio firmado com o SUS (Sistema Único de Saúde) superior a 60% do total de sua capacidade instalada, conforme demonstrado a seguir:

Ambulatorial				Ac	
	2022				
	Qtd Proc SUS	Qtd Proc Não SUS	% Qtd Proc		
janeiro	1.756	45	97,50%	I-Atenção Obstétrica e N..	0,0
fevereiro	2.676	62	97,74%	II-Atenção Oncológica	0,0
março	3.346	54	98,41%	III-Atenção às Urgências	0,0
abril	3.121	38	98,80%	IV-Atendimento usuário..	0,0
maio	3.434	50	98,56%	V-Hospital de ensino	0,0
junho	3.305	39	98,83%		
julho	2.135	30	98,61%		
agosto	3.431	0	100,00%		
setembro	3.288	24	99,28%		
outubro	3.550	24	99,33%		
novembro	3.214	0	100,00%		
dezembro	2.037	31	98,50%		
Total geral	35.293	397	98,89%		

CEBAS	
OK	
98,89%	
Detalhe Hospitalar	
Detalhe Ambulatorial	
Dados por Frequência	

18. Receitas com Trabalho Voluntário

Conforme Resolução CFC no 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções.

	31/12/2022	31/12/2021
Voluntários Administrativo	68.212	41.548
Total	68.212	41.548

19. Isenções Previdenciárias Usufruídas

Em atendimento à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros e a Portaria 834/16 – Ministério da Saúde, estão demonstrados a seguir os valores relativos à imunidade e isenções usufruídas pela Entidade durante o exercício de 2022, como se devido fosse:

	31/12/2022	31/12/2021
INSS - Cota Patronal Usufruída	6.414.765	3.678.135
Total	6.414.765	3.678.135

20. PROJETO “BEBÊS PREMATUROS: PROGRAMA DE ESTIMULAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO E APOIO EMOCIONAL ÀS MÃES”

Em 2018 a Entidade realizou contrato de prestação de serviço da Portaria SE/MS nº 609/2017 referente ao PROJETO “BEBÊS PREMATUROS: PROGRAMA DE ESTIMULAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO E APOIO EMOCIONAL ÀS MÃES”, sendo que em 26.01.2018 foi liberado o valor de R\$ 1.974.000, onde parte desses recursos foram utilizados em 2022, no montante de R\$ 125.147,44 do valor pactuado.

Em 31.12.2021 a Entidade mantém sob custódia o valor de R\$ 340.216,98 a ser utilizado em períodos subsequentes, porém, em 2022 foi devolvido o valor remanescente.

Portanto, conforme apresentado na nota explicativa 16, o valor registrado de despesa é igual ao valor da prestação de conta, conforme desembolso financeiro, sendo que os demais valores mantêm registrado no ativo como bens e direitos e no passivo como obrigação a pagar, por conta da obrigatoriedade de prestação de conta sobre os valores recebidos de órgão públicos, demonstrado em nota explicativa 10.

21. Cobertura de Seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e risco diversos para os bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido.

22. Autorização Para Conclusão Das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 07 de março de 2023.

23. Outras Informações

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis consoantes a legislação específica aplicável.

Bauru, 31 de dezembro de 2022.

Maria Elisabete Nardi
Diretora Executiva

Marcela Mangili da Silva
Contadora
CRC: 1SP-277432/O-2